

A diferença autística

Jean Claude Maleval

A diferença autística se impõe e adquire força no século XXI, uma vez que quem vivencia o autismo quer que seja reconhecido que não se trata de uma doença, nem uma loucura, nem sequer uma menos-valia. Não se conhece a causa do autismo, mas uma coisa é clara, os autistas funcionam de forma diferente dos não autistas, às vezes com mais dificuldades, às vezes com mais forças. A que se deve essa diferença? O movimento da neurodiversidade afirma que ela baseia em uma inteligência diferente determinada por uma função cerebral original. Esse movimento se originou nos anos 80 como uma iniciativa de pessoas autistas que queriam deixar de ser vistas de forma negativa. Elas exigem o direito à diversidade humana e consideram que a sociedade deve acolher suas particularidades para que possam viver com dignidade. Tratam de combater os processos de estigmatização e exclusão aos quais estão submetidos. Celebram uma “cultura autista” que enfatiza seus aspectos positivos e criativos. Alguns chegam inclusive a considerar o autismo como um funcionamento cognitivo alternativo que não requer tratamento.

As primeiras autobiografias publicadas nas décadas de 1980 e 1990, observa Brigitte Chamak, particularmente as de Temple Grandin (1986) e Donna Williams (1992), desempenharam um papel importante na construção de uma política de identidade em torno do autismo. Ao não se limitarem às crianças sem linguagem, esse rótulo até então tão estigmatizante, tornaram-se referência para pessoas que orgulhosamente buscam reivindicar o qualitativo de autismo e que por sua vez estão decididas a mudar as representações das pessoas autistas, rejeitando a visão negativa e pessimista e os qualitativos percebidos como insultuosos que os profissionais, a mídia ou os pais faziam sobre o autismo. [1]

Em 2015, um jornalista americano escreveu uma autêntica defesa da “neurodiversidade”: “Neurotribos: O legado do autismo e o futuro da neurodiversidade”. Esse livro contribui em grande medida para a difusão desta noção graças ao seu sucesso na mídia. Steve Silberman, autor do livro, considera que a neurodiversidade marca o início de uma era em que a humanidade poderia começar a “pensar de forma mais inteligente sobre as pessoas que pensam diferente”[2]. Nessa perspectiva, promove uma concepção do autismo como uma variante humana e não como uma doença que deve ser curada. Um dos aspectos mais interessantes do seu pensamento é o questionamento da relevância da fronteira entre normalidade e anormalidade.

O movimento pelos direitos dos autistas está criando e difundindo novas palavras e conceitos. O autistas Aspergers se autodenominam "Aspies" e promovem o termo "Autie" para se referir ao autismo mais severo. A inovação de maior alcance é o conceito de neurodiversidade, que divide a humanidade em autistas e “neurotípicos”. Esse conceito

pressupõe que a neurociência tenha uma verdade final sobre os humanos e o autismo. Por que devemos conceber a diversidade dos indivíduos com referência à neurociência? A história e a cultura não contribuem na mesma medida?

É cada vez mais comum que pessoas com autismo se considerem “neuroatípicas”. No entanto, como salienta Jean-Marie Vidal,

isto nada mais é do que uma nova forma de classificar as pessoas de acordo com a sua anormalidade, em relação à norma estatística majoritária da população, e ao mesmo tempo é uma nova forma de insistir na origem neurológica do transtorno, embora seja muitas vezes indetectável. Esta insistência dá origem a um paradoxo surpreendente: embora o autismo seja regularmente invocado para realçar a parte neurológica do funcionamento psíquico, só pode ser identificado através de uma abordagem clínica dos modos de expressão das pessoas que sofrem deste transtorno. Antes de poder detectar o funcionamento neuronal atípico em pessoas autistas, o que é atípico é o seu comportamento humano. Sua neuroatipia se manifesta em primeiro lugar como uma psicoatipia que deve ser analisada.[3]

Como Temple Grandin, muitas pessoas autistas veem o mundo através do prisma do seu cérebro. “Ela não tem cérebro”, salienta Ehrenberg, “como a maioria das pessoas, ela é o seu cérebro”. Para ela, a neuroanatomia é uma psicologia, “e talvez ainda mais, uma ontologia”[4]. Para os defensores da neurodiversidade a verdade sobre o homem se basearia na singularidade do seu cérebro. Se trata de uma abordagem reducionista que negligencia os níveis autônomos da realidade humana, em particular a sua dimensão simbólica e os seus determinantes sociais, ao mesmo tempo que minimiza a vida afetiva e o que esta deve ao impacto da pulsão. Esta teoria defende que o homem é comparado a uma máquina de processamento de informação, embora devemos ressaltar que hoje o público em geral aceita esta imagem.

Acreditar que o que sou é “um cérebro”, diz Clotilde Leguil, é definir-me a partir do anonimato de um funcionamento que me é alheio. [...] Talvez cada pessoa prefira saber que está escravizada pelos seus neurônios, no lugar de se sentir responsável pelo seu destino, e a razão pela qual o público em geral gosta da neurociência é que ela apresenta uma versão mais tranquila da existência, na qual você simplesmente vive e obedece ao programa ditado pelo seu cérebro.[5]

Esta redução, que apaga o que o homem deve à sociedade, está em consonância com a ascensão contemporânea do individualismo.

Embora a neuroimagem capte muitos elementos da geografia do cérebro, ela não captura a dinâmica desses elementos. A psique é infinitamente mais complexa que uma duplicata do cérebro: tudo indica que uma situação idêntica gera estados cerebrais diferentes de um sujeito para outro, ou mesmo no mesmo sujeito em momentos diferentes da vida. O discurso da neurociência promove uma abordagem redutora do sujeito ao levar em conta apenas uma cognição que supostamente governa o afetivo.

O sujeito do cognitivismo, como observam Marie-Jean Sauret e Christiane Alberti, não tem sexualidade e, portanto, não tem aquela parte do gozo que contagia o seu pensamento. O sujeito do cognitivismo não tem corpo, mas é identificado com o sistema nervoso central avaliado em termos de desempenho mensurável. O sujeito do cognitivismo não tem uma história que o significante marca e permite evocar, mas sim a memória de um computador cuja capacidade é medida com precisão. O sujeito do cognitivismo não se preocupa com a ética, já que supostamente a ciência revela as leis da natureza, o programa genético que regula seus comportamentos, que também são inventariados e calibrados.[6]

Como a norma cerebral é a diversidade, é impossível capturar a neurotipicidade. As forças evolutivas que atuam na evolução da espécie humana produzem comportamentos altamente variáveis segundo as culturas e as histórias individuais, formando assim cérebros únicos e heterogêneos. Não há consenso sobre o que nos permitiria determinar o que há de específico no cérebro de uma pessoa autista ou de um psicótico.

Portanto, se a neurodiversidade é, no mínimo, a ideia de que o autismo é de origem cerebral, escreve Denis Forest, esta origem é, por enquanto, um objeto de investigação e não um substrato que seria identificado por um conjunto de conhecimentos solidamente estruturados. Quando se fala em neurodiversidade, a referência ao cérebro é, portanto, uma referência a mecanismos hipotéticos aos quais, em princípio, deveriam corresponder as diferenças psicológicas demonstradas. No entanto, até à presente data, não há integração destes mecanismos e diferenças através de uma teoria consensuada, nem uma distinção clara entre o que funcionaria mal no cérebro e o que funcionaria de forma diferente no cérebro e forneceria a base objetiva desejada para a diversidade.[7]

Na ausência de uma causa conhecida, a apreensão do autismo permanece hoje essencialmente clínica, como demonstram as variações da sua definição. Além disso, a clínica também é o que nos orienta sobre como deve ser a forma de atendimento das pessoas com autismo mais severo. Uma clínica muito mais ampla do que aquela limitada pelos protocolos da medicina baseada em evidências, uma clínica que leva em conta

estudos de caso, desenvolvimentos espontâneos e a hipertrofia compensatória dos autistas revelada pela Síndrome de Asperger.

A nossa reivindicação da diferença autística, como um funcionamento psíquico original, não é acompanhada por uma adesão à noção de neurodiversidade à qual está geralmente associada. A abordagem psicanalítica propõe uma compreensão completamente diferente da diferença autística, baseada no funcionamento subjetivo e na forma de se proteger do desejo do Outro. A diferença não é entre autistas e neurotípicos, mas entre autistas, neuróticos ou psicóticos, sabendo que cada sujeito participa de uma dessas estruturas subjetivas. Contudo, é lamentável que estes três funcionamentos sejam nomeados, por razões históricas, com termos psiquiátricos que designam as três formas como o ser humano lida com o seu gozo. Cada um deles é compatível com os males mais graves e com as maiores conquistas sociais. Existem pessoas autistas, neuróticas e até mesmo psicóticas felizes. Portanto, reivindicar a diferença autística não é reconhecer implicitamente a existência de um grupo dominante, que seria a referência dessa diferença. Cada um dos modos subjetivos de funcionamento é diferente dos outros dois e nenhum deles deve ser considerado uma referência. Quanto ao “neurotípico”, definido como “qualquer pessoa sem diferenças neurológicas”, não pertence a nenhuma dessas estruturas subjetivas, mas é apenas uma ficção estatística inencontrável.

Segundo algumas pessoas próximas do movimento da neurodiversidade, em vez de tentar curar o autismo, seria melhor tentar mudar uma sociedade “incapacitante”. Nossa abordagem da diferença autística não nos leva a exaltá-la como “revolucionária”[8]. É verdade que às vezes “perturba a ordem estabelecida”, mas a histeria ou a psicose não são nem mais nem menos eficazes nisso. Por outro lado, aqueles que reivindicam a diferença autística, seja por fundamentá-la no cérebro, seja por discerni-la a partir do funcionamento subjetivo, convergem em levantar questões inquietantes: “Por que querer impedir uma criança autista de sacudir os braços [esteriotipia]? Ou por que obriga-las a olhar nos olhos[9]? Deve-se levar em conta que a diferença autística, qualquer que seja sua concepção, implica romper com os discursos normativos que transmitem protocolos e boas práticas.

A objeção mais comum à compreensão do autismo como uma diferença, e não como uma doença ou deficiência, é que se trata de um movimento gerado por pessoas autistas sem deficiência intelectual, que não levariam suficientemente em conta as formas mais graves de autismo. No entanto, não há dúvida de que estes últimos têm, pelo menos para alguns, o potencial para passar de um extremo ao outro do espectro autista. “Quando eu era muito jovem”, diz Temple Grandin, “eu tinha autismo grave; só mais tarde me tornei uma autista de alto funcionamento”[10]. Ao contrário do que sustenta o movimento da neurodiversidade, não consideramos que a diferença autística implique uma falta de atenção e educação especializada para todos, mas apenas para alguns sujeitos, que estão no topo do espectro autista. Quando se trata de melhorar o mal-estar da pessoa autista, o tratamento social não substitui outros cuidados em todas as circunstâncias. As respostas aos transtornos e dificuldades devem variar muito de acordo com as diferentes áreas do espectro. Reduzir o autismo a um problema da sociedade, que não aceita a diferença, só

é sustentável em referência a pessoas autistas independentes, para as demais, sejam elas pouco autônomas ou totalmente dependentes, a questão dos cuidados e do tratamento não pode ser ignorada.

Segundo a abordagem cognitivista, a especificidade do autismo reside numa inteligência diferente, que parece bem estabelecida. Contudo, em nossa opinião, esta cognição original baseia-se num funcionamento afetivo e libidinal diferente. Esta é uma hipótese psicanalítica, mas em sua maior parte nem as pessoas autistas, nem os seus pais, e muito menos as autoridades de saúde, estão dispostos a interessar-se por ela. As neurociências cognitivas que regem a abordagem contemporânea do ser humano são um obstáculo epistemológico para levar em conta a dinâmica inconsciente discernida por Freud. Os próprios autistas, ao contrário dos neuróticos, raramente se sentem oprimidos por uma força que consideram mais poderosa do que a sua vontade. Quanto aos pais, muitas vezes insistem em denunciar a psicanálise, acusando-a de ser responsável pelos transtornos dos seus filhos. Então, por que, apesar de tudo, tentar fazer ouvir uma abordagem psicanalítica do autismo? Porque atualmente nos parece que, em comparação com as teorias cognitivas, ela pode dar conta da especificidade da diferença autística com mais precisão. O reconhecimento dos escassos resultados dos métodos cognitivo-comportamentais para tratar o mal-estar das pessoas autistas começa a prevalecer. Em breve chegará o momento da disseminação dos métodos psicodinâmicos usados espontaneamente por alguns autistas, quando não são obstaculizados em seus esforços. É o que defende a abordagem psicanalítica, não buscando causalidade na história do sujeito autista, mas apoiando-se no que Asperger chamou de sua “hipertrofia compensatória”.

Os debates que parecem irremediavelmente opostos às práticas comportamentais e aos métodos psicodinâmicos escondem uma tendência à redução dos antagonismos, que lentamente se produzem no campo. Além disso, a inclusão do autismo nas psicoses é cada vez mais questionável. Os Lefort foram pioneiros nesse sentido quando, no final do século passado, tentaram identificar as características de uma estrutura autística, fazendo assim do autismo uma diferença e não uma doença[11]. Muitos psicanalistas freudianos e lacanianos adotam agora esta perspectiva e tentam distinguir entre funcionamento autista e psicótico. Explicamos com mais detalhes porque o autismo deve ser diferenciado da psicose, destacando em particular a ausência de alucinações e delírios, a evolução do autismo dentro do autismo, a especificidade da escrita, a ausência de desencadeamento e o desejo de imutabilidade.

A França sofre por não ter um movimento de autodefesa dos autistas, como o que existe nos Estados Unidos, para denunciar a violência inerente ao método ABA e destacar a mediocridade dos resultados obtidos pelos métodos que a *Haute Autorité de Santé* (HAS) continua a recomendar. Josef Schovanec, o porta-voz mais reconhecido da comunidade autista na França, por vezes expressa opiniões contraditórias. Destaca a importância de apoiar-se nos interesses específicos para desenvolver as capacidades das crianças autistas, ao mesmo tempo que não hesita em apoiar através dos meios de comunicação social os métodos que defendem a sua interrupção ou, na melhor das hipóteses, a sua utilização como incentivos. Daniel Tammet, um inglês que vive em

França, é muito mais claro. Quando questionado sobre como tratar uma determinada criança autista, ele não hesita em responder que deve ser inventado um método para cada criança.

Na Europa, a voz crítica dos autistas ainda não foi ouvida suficientemente. A reivindicação de uma abordagem mais humanista das suas dificuldades não conta com o apoio das associações de pais, criadas no século passado, que na França consideram que a principal batalha é denunciar a psicanálise em nome de uma ciência cujos resultados são interpretados com complacência. Porém, o problema francês não é a psicanálise, mas a falta de recursos, a ausência de diálogo e uma administração de saúde kafkiana[12].

Os tempos estão mudando. As avaliações dos métodos recomendados são cada vez mais decepcionantes[14], enquanto se multiplicam os relatos de terapias de afinidade eficazes, baseadas em princípios opostos aos anteriores. Os pais defendem uma abordagem humanista do autismo[15]. Os psicanalistas compartilham a mesma ética que suas associações afirmam ter: uma ética que coloca em primeiro lugar o sujeito e sua singularidade, e que defende um método específico para cada pessoa autista.

Mesmo que adaptemos o tratamento psicanalítico ao autista, ou seja, não o orientando para a revelação de um sentido oculto, mas baseando-o num tratamento pela borda, objeto que mobiliza os investimentos libidinais do autista, e que conhece três encarnações (o objeto autístico, o duplo e o interesse específico), mesmo nessas condições, não consideramos que seja o tratamento privilegiado do mal-estar do autista. Muitos outros métodos psicodinâmicos, às vezes inventados espontaneamente pelo próprio sujeito, alcançam resultados significativos. Não há objeção, por exemplo, à ludoterapia rogeriana realizada por Virginia Axline com Dibs[15]. A Terapia de Afinidade ou SCERTS[17] também abre caminhos novos e interessantes que levam em conta os conhecimentos e as paixões da criança. Além disso, o vínculo de outros cuidados e serviços (pedagogia, fonoaudiologia, psicomotricidade, etc.) é geralmente aceito. Contudo, apenas a psicanálise fornece um marco teórico para abordar as angústias e a especificidade do funcionamento afetivo dos autistas, no qual continua indispensável.

A sua notável persistência reside na sua incomparável capacidade heurística de compreender os fenômenos humanos que vão além da vontade, aqueles que testemunham um conhecimento que atua sem que o saibamos. Essa persistência merece ser mencionada, pois a psicanálise enfrenta hoje representações coletivas contrárias que exaltam o individualismo e fazem da propriedade de si mesmo um valor essencial. Ao lembrar aos seres humanos os seus limites, salienta Ehrenberg, ela não responde às expectativas contemporâneas, algo que a neurociência cognitiva faz quando nos convida a ir além de nós mesmos sem limites[17]. Além disso, desde o seu nascimento ela tem sido atormentada por múltiplas críticas que continuam a multiplicar-se. Ela infligiu uma grande ferida ao narcisismo humano ao revelar que o eu não é dono em sua própria casa. “Daí a revolta geral contra a nossa ciência, o descumprimento de todas as normas da civilidade acadêmica e uma oposição que se libertou de todas as limitações da lógica imparcial”[18]. Isso já havia sido apontado por Freud em 1916. Pela sua própria natureza, a Psicanálise é, à primeira vista, radicalmente rejeitada. As polêmicas em torno do

autismo proporcionaram um cenário perfeito para o seu desenvolvimento, não hesitando em recorrer às técnicas do discurso de ódio. Apesar disso, muitos trabalhos foram produzidos no último século para refutá-la, sem conseguir impedir a expansão de sua prática, que toca o real no princípio do humano. A pessoa autista não lhe é estranha, mas a confronta de uma forma que lhe é própria. É importante tratarmos de melhorar a compreensão de sua diferença por aqueles nesse campo que persistimos em enxergar o autista como um sujeito que possui sua dinâmica própria e não como massa de manobra.

Tradução livre por **Arryson Zenith Jr.**

Extraído da introdução do livro “La différence autistique” de Jean-Claude Maleval, 2021, Presses Universitaires de Vincennes.

NOTAS:

1. Brigitte Chamak, « Autisme et militantisme : de la maladie à la différence », *Quaderni*, n° 68, 2009, p. 63 [en línea : <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00718346>].
2. Steve Silberman, *NeuroTribes: The Legacy of Autism and the Future of Neurodiversity* [2015], Nueva York, Avery, 2016, p. 471.
3. Jean-Marie Vidal, *Autismes. Une approche anthropologique. La question du tiers*, París, PUF, 2020, p. 19.
4. Alain Ehrenberg, *La Mécanique des passions. Cerveau, comportement, société*, París, Odile Jacob, 2018, p. 54-55.
5. Clotilde Leguil, « Être ou ne plus être. Le sujet du xxie siècle face à l'empire des neurosciences », en Jacques-Alain Miller (dir.), *L'Anti livre noir de la psychanalyse*, París, Seuil, 2006, p. 254-255.
6. Marie-Jean Sauret et Christiane Alberti, « Exclusion : y a-t-il du neuf à attendre de la psychanalyse ? » *Mental, Revue internationale de santé mentale et psychanalyse appliquée*, n° 3, 1997, p. 99.
7. Denis Forest, « Les ambiguïtés de la neurodiversité. Un droit à la différence ? », *Médecine/ sciences*, n° 32.4, 2016, p. 415.
8. Julie Dachez, « Préface », en Julia March, *La Fille pas sympa. La vie chaotique et turbulente d'une jeune autiste Asperger*, París, Seramis, 2017, p. 7.
9. Julie Dachez, « Préface », en Julia March, *La Fille pas sympa. La vie chaotique et turbulente d'une jeune autiste Asperger, op. cit.*, p. 8.

10. Temple Grandin y Sean Barron, *Autisme : décoder les mystères de la vie en société*, trad. Françoise Forin-Mateo, Louvain-la-neuve, De Boeck Supérieur, 2019, p. 74.
11. Robert et Rosine Lefort, « L'autisme, spécificité », en *Le Symptôme-Charlatan*, Paris, Seuil, 1998, p. 311-320.
12. Não é raro que os pais se queixem, para obterem ajuda, de terem de justificar semestralmente que o seu filho ainda é autista, quando todos concordam que se trata de um modo permanente de funcionamento. Quanto ao diagnóstico, é aconselhável fazê-lo precoce e rapidamente, mas a norma é esperar vários meses, ou mesmo vários anos, para obtê-lo num Centro de Recursos para o Autismo.
13. Jean-Claude Maleval et Michel Grollier, « L'expérimentation institutionnelle d'ABA en France : une sévère désillusion », *Lacan Quotidien*, n° 568-569, febrero-marzo 2016 [en línea : <https://lacanquotidien.fr/blog/2016/02/lacan-quotidien-n-568/>].
14. Se fundaron en 2012 *La Main à l'Oreille* y en 2014 el RAAHP, por sus siglas en francés: Rassemblement pour une Approche des Autismes Humaniste et Plurielle.
15. Virginia Axline, *Dibs. Développement de la personnalité grâce à la thérapie par le jeu*, trad. Hélène Seyrès, Paris, Flammarion, 1967.
16. *Social Communication Emotional Regulation Transactional Support*. Voir Barry M. Prizant, Amy M. Wetherby, Emily Rubin et Amy C. Laurent, « The SCERTS Model: A Transactional, Family-Centered Approach to Enhancing Communication and Socioemotional Abilities of Children With Autism Spectrum Disorder », *Infants and Young Children*, n° 16.4, 2003, p. 296-316.
17. Alain Ehrenberg, *La Mécanique des passions*, *op. cit.*, p. 14.
18. Sigmund Freud, « Leçon d'Introduction à la psychanalyse [1916] », en *OEuvres complètes*, Paris, PUF, 2000, vol. XIV, p. 295.